



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE OUTUBRO DE 1988

ANO XIV

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA

ATA DA 083. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1988.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka, e pelo Senhor Deputado Cândido Bastos.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezaadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zarusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herma Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 108/88

Curitiba, 37 de setembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, atendendo ao disposto no artigo 47, da Constituição Estadual, o anteprojeto de Lei referente ao Orçamento-Programa para o exercício de 1989.

Metodologicamente, a presente proposta orçamentária está de acordo com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e a legislação vigente sobre a matéria.

Tal documento foi elaborado com base na Constituição Estadual vigente, não incorporando, portanto, o impacto da Reforma Tributária decorrente da nova Constituição do País sobre as finanças do Estado. Não prevê, também, a absorção dos encargos de que o Governo Federal pretende desobrigar-se por meio da chamada Operação Desmonte. Isso se deveu à impossibilidade de se contar, na época oportuna, com os elementos necessários para uma adequada previsão de receitas e despesas, tendo em vista a ausência da legislação complementar relativa aos tributos e à inexistência de uma definição final quanto aos programas e projetos que o Governo Federal deseja desativar. Tão logo ocorram tais definições, o Executivo, tendo em vista sempre os interesses maiores do Estado, a elas se ajustará, mediante uma reprogramação orçamentária.

As informações a seguir apresentam as previsões de receita para o exercício de 1989, composta de recursos arrecadados pelo Tesouro Geral do Estado, denominados de recolhimento centralizado, e pelas Empresas Públicas, Fundações, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, exceto as Sociedades de Economia Mista, denominados de recolhimento descentralizado.

RECEITAS

Cz\$ 1.000,00

I- De Recolhimento

Centralizado.....1.954.768.718

. Receitas

Correntes... 1.189.768.718

. Receitas de

Capital..... 765.000.000

II-De Recolhimento

Descentralizado..... 537.175.460

. Receitas

Correntes... 326.747.548

. Receitas de

Capital..... 210.427

III-TOTAL.....2.491.944.178

Receitas

Correntes ... 1.516.516.266

Receitas de
Capital..... 975.427.912

Do total da Receita de Recolhimento Centralizado, 52,6% são provenientes da Receita Tributária, prevendo-se para o ICM uma arrecadação de Cz\$ 992.842.123.000,00.

Os recursos previstos para o exercício de 1989, distribuídos entre projetos e atividades, foram alocados de modo a atingir os objetivos fixados no Plano de Governo, e distribuídos segundo as categorias econômicas e fontes de recursos, da seguinte forma:

DESPESAS
Cz\$ 1.000,00

I- Com Recursos de Recolhimento Centralizado.....1.954.768.718
. Despesas
Correntes... 1.189.193.856
. Despesas de Capital..... 765.574.862

II- Com Recursos de Recolhimento Descentralizado..... 537.175.460
Despesas
Correntes... 280.415.072
. Despesas de Capital..... 256.760.388

III- TOTAL2.491.944.178
. Despesas
Correntes...1.469.608.928
. Despesas de Capital.....1.022.335.250

Nas estimativas de receita e despesa para 1989, embutiu-se uma taxa inflacionária de 646% para a correção dos valores apresentados nas propostas orçamentárias dos diversos órgãos governamentais.

Nos anexos integrantes deste anteprojeto de lei, Vossas Excelências poderão tomar conhecimento das aplicações de cada um dos órgãos da Administração Pública, assim como, através da "exposição justificativa", ter uma visão retrospectiva da situação econômica-financeira do Estado.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, em pleno uso de suas atribuições regimen-

tais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja conferido Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 275/88, protocolado sob n° 8995/88 que declara de Utilidade Pública, a Associação Nacional Anti-Drogas- ANAD.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO N° 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja conferido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 233/88, protocolado sob n° 7124/88, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Libertação de Vidas em Apucarana- ALVA, com sede e foro no Município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO N° 487

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei n° 45/88 - de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO GNÓSTICO UNIVERSAL DE CURITIBA, com sede nesta Capital.

Projeto de Lei n° 86/88- de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LUZ ENCAMINHA, com sede e foro nesta Capital.

Projeto de Lei n° 152/88 - de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO CRISTA DOS MORADORES DE PALMEIRAS - ACRI-MOPA, com sede e foro nesta Capital.

Projeto de Lei n° 182/88 - de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de Utilidade Pública, a SOCIEDADE DAS IRMÃS TEATINAS, com obras assistenciais nos Municípios de Sede Sulina, Pato Branco e Curitiba.

Projeto de Lei n° 200/88 - de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a DEFESA- ASSOCIAÇÃO DE DEFESA AMBIENTAL E CULTURAL DE CASTRO- PR, com sede e foro na Cidade de Castro.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, REQUER, ouvida a Casa, seja inscrito nos anais, um voto de Congratulações ao Dr. Hermes Faria de Macedo, Presidente do Grupo Empresarial Hermes Macedo, pela inauguração do Magazine Garcez em Curitiba e pela doação da importância de 3 milhões de cruzados ao PRO-

Sala das Sessões, em 21.10.88.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

1- Ao inaugurar uma moderna loja de departamentos em Curitiba, à Avenida Luiz Xavier, 103, no tradicional Edifício Moreira Garcez, inteiramente restaurado para abrigar as instalações da nova casa comercial varejista, o Grupo Empresarial Hermes Macedo incrementa a inovação mercadológica no Paraná, dotando a cidade de um complexo integrado para comercialização de produtos de consumo.

2- Com essa iniciativa, o Doutor Hermes Macedo reafirma o seu pioneirismo e descortínio empresarial, já antes demonstrados ao fundar e manter uma das maiores cadeias de lojas varejistas do Brasil, representativa nos principais segmentos da venda de produtos e serviços, com milhares de colaboradores, centenas de pontos de negócios e uma reputação consistente de idoneidade e nível de atendimento aos consumidores.

3- Agora, o Doutor Hermes Macedo abre em nossa Capital o Garcez, um moderno estabelecimento lastreado no conceito de loja de departamentos, contendo linhas de eletrodomésticos, artigos de vestuário, lazer e camping, produtos de decoração, móveis e complementos, náutica e presentes, entre outros. Os empregos gerados superam a Casa dos 800, de nível significativo neste período de restrição econômica.

4- Coroando seu posicionamento inovador, o Dr. Hermes Macedo decidiu doar a importância que seria aplicada na festa de inauguração do novo magazine, para o Pro-por Estadual, entregando um cheque de 3 milhões de cruzados a Primeira Dama do Paraná, Dona Débora Dias, para que os recursos sejam aplicados em assistência social. Um gesto significativo de quem serviu com distinção o Paraná, por três mandatos, como Deputado Federal, além de ocupar funções de relevo na vida política paranaense e brasileira.

5- Por todos esses motivos peço à Casa que se associe à manifestação de regozijo pela inauguração do novo empreendimento do nosso ilustre conoிடado benemérito, Doutor Hermes Paria de Macedo, expressando a Sua Senhoria, por termo próprio, a decisão que espero seja adotada.

REQUERIMENTO N° 485

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-QUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os Médicos do Paraná, pela passagem do Dia consagrado ao Médico.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Elias Aier Neto, Presidente da Associação Médica do Paraná, bem como ao Doutor José Antonio Mainqué, Coordenador do Serviço Médico desta Casa, para que recebam a transmitam a todos os Senhores Médicos, o reconheci-mento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

"A alma do médico é uma ampla igreja onde vai ajoelhar-se e rezar a dor dos que sofrem".

É verdade.

Já se disse também que medicina é um sacerdócio e o médico é um dos raros pro-fissionais que, mesmo abraçando a carreira por amor e vocação, desempenha sua ativi-dade com dor e sofrimento.

É verdade.

A vida do médico vocacionado é uma imolação contínua e permanente. Em cada nome, em cada história, em cada drama, resplandece uma lição. Cada história é um drama, cheio de emoções que se renovam, lágrimas que se repetem, sorrisos que re-compensam todos os transtornos.

É verdade.

Muito se tem falado e escrito sobre a abnegação do profissional da medicina, sobre a doação e renúncia que a prática exige. Muitas merecidas homenagens e reco-nhecimento se tem prestado ao médico e seu complexo de difícil trabalho que é uma permanente peleja contra as forças supe-riores da própria natureza.

É preciso, no entanto, que se amplie esta homenagem lembrando as dificuldades impostas pelas estruturas sociais, pela desatenção e até pela indiferença dos go-vernantes no que se relaciona com o traba-lho do médico no atendimento da saúde pública. É uma discriminação, porque en-quanto há tantos burocratas, se lhes con-cedem condições e tempo para uma tarefa não raro trivial para aquele que tem a responsabilidade de cuidar da saúde do po-vo - que é em síntese a saúde da própria nação - as condições são negligenciadas.

No dia consagrado ao Médico há uma ex-celente oportunidade para refletir sobre os percalços e dificuldades deste profis-sional. Não as dificuldades impostas pelo imponderável da vida, mas geradas pela in-compreensão e pela falta de valorização mínima dessa grande tarefa. É mesmo com esses obstáculos a tarefa é levada ao me-lhor termo, com muito sacrifício, com mu-itto maior doação, pois o médico supera a não apenas as suas limitações diante das forças naturais como também ante a falta de apoio material.

É refletindo sobre estes aspectos que

devemos transmitir a homenagem desta Casa representativa do povo, interpretando o anseio de tantas e tantas pessoas que gostariam de neste dia, deixar gravado um preito de gratidão e reconhecimento aos médicos, na data que lhes é consagrada.

REQUERIMENTO N° 500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado um voto de congratulações pela passagem de mais um ano de fundação da Universidade Estadual de Londrina, no último dia 07 de outubro.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A Universidade foi criada através da Lei Estadual em 1970, e foi reconhecida oficialmente por Decreto Federal em 1971. Nasceu da união de 5 faculdades isoladas - Medicina, Direito, Odontologia, Ciências Contábeis e Filosofia, Ciências e Letras.

Na época, estes cursos reuniam 2.211 alunos, 307 professores e 407 funcionários. Hoje, uma média anual de 1.300 alunos são formados pela UEL, que já possui 28 cursos de graduação. A escola mantém também o Hospital Universitário do Norte do Paraná, que atende cerca de 200 localidades do Estado e do Mato Grosso do Sul.

Trabalha na área cultural com o grupo Proteu, mantido pelo setor de Teatro da Casa de Cultura, orquestra e coral do setor de música e o setor de artes plásticas, além de desenvolver um programa de reintegração de ex-presidiários, o progresso.

REQUERIMENTO N° 501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, a consignação em Ata, de voto de congratulações à Polícia Militar, em particular o Corpo de Bombeiros, pela passagem de mais um ano de existência. Comemorou no último dia 08 de outubro, 76 anos de existência, o Corpo de Bombeiros com cerca de 3.240 efetivos, os quais formam 27 divisões em todo o Estado.

Sob o comando de Miguel Arcanjo Capriotti, o Corpo de Bombeiros do Paraná foi fundado em 1912, por uma lei estadual que já nomeava o Major Fabriciano de Rego Barros, o seu primeiro comandante.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Sociedade Rádio Emissora Paranaense - canal 12 e do Jornal Gazeta do Povo, Dr. Francisco Cunha Pereira, votos de louvor pelo brilhante trabalho que desenvolve em suas empresas, o que lhe valeu o título de Empresário do Ano, conferido pela Revista Exame, em função do destaque da Rede Paranaense de Televisão nos meios de Comunicação do Estado.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o cancelamento do Regime de Urgência e a retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei n. 283/87 de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 489

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, para que seja liberada uma Viatura Policial para o Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTÔNIO BARBARA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, vem reivindicando uma viatura nova para a Delegacia de Polícia local, já há alguns meses, tendo em vista que a viatura que prestava serviços naquela cidade, sofreu um sério acidente. A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil, designaram uma outra viatura, mas usada, e que não vem correspondendo com as necessidades da Delegacia de Polícia local que necessita de mais uma viatura.

REQUERIMENTO N° 490

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Dr. Douglas Aquim, Diretor do Instituto de Identificação do Paraná,

solicitando providências para a mudança do Posto de Identificação de Maringá, para um outro prédio, com melhores acomodações, e com espaço mais amplo para um melhor atendimento a população daquele Município.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação da Câmara Municipal de Maringá, conforme cópia anexa, e tendo em vista também o grande desenvolvimento urbano e rural do município, o local onde encontra-se instalado o Posto de Identificação naquela cidade, já não oferece as mínimas condições, e a mudança para um outro local mais amplo, irá beneficiar não somente as pessoas que fazem uso daquele órgão, mas dará também melhores condições de trabalho e atendimento por parte dos funcionários que ali trabalham.

REQUERIMENTO N° 491

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Dr. Douglas Aquim, Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, solicitando a instalação de um aparelho telefônico no Posto de Identificação da cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Levando-se em consideração o grande desenvolvimento alcançado nos últimos anos, Maringá é hoje uma das maiores cidades do Estado, e torna-se difícil para as pessoas que precisam apenas de algumas informações, terem de se deslocar até o Posto de Identificação, o que não ocorreria se existisse o terminal telefônico.

Em anexo, cópia de ofício da Câmara Municipal de Maringá, encaminhando ao nosso Gabinete Parlamentar, contendo reivindicação feita em plenário pelo Vereador Massao Tsukada.

REQUERIMENTO N° 492

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador Álvaro Dias e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à conclusão das obras da sede própria da 4. Companhia de Polícia Rodoviária, localizada em Maringá.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, expediente da Câmara Municipal de Maringá que nos encaminha solicitação aprovada em sessão plenária, atendendo solicitação formulada pelo Vereador Orides Angeli, e que nos dá uma posição exata da situação em que se encontram as instalações onde funciona a 4. Companhia de Polícia Rodoviária.

Como se vê, a 4. Companhia de Polícia Rodoviária sediada em Maringá, atende a mais de 100 municípios, ou seja, um terço dos municípios paranaenses, e o término de sua sede própria dará melhores condições de trabalho aos seus funcionários, e um melhor atendimento à grande população daquela imensa região, que para lá se dirige, para solucionar seus problemas.

REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Governador do Estado Álvaro Dias e ao Presidente da COPEL, Francisco Sibut Gomide, solicitando a instalação de Rede de Energia Elétrica na localidade de Ponta do Fenix na cidade de Antonina, atendendo solicitação conforme cópia de abaixo assinado em anexo.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, na localidade de Ponta do Felix, na cidade de Antonina, residem 50 famílias, que ainda não gozam do benefício de energia elétrica, e ainda vivem à luz de velas, lamparinas, e lampiões a querosene. São 50 famílias que vivem privadas dos benefícios que trazem para o lar uma geladeira, máquina de lavar roupas, enceradeira, e até mesmo uma televisão.

REQUERIMENTO N° 496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Mui Digno, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de Escola Agrícola do 2º grau, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a implantação de uma Escola Agrícola de 2º grau, sob o patrocínio do governo do Estado é, antes de tudo, um cumprimento de uma antiga promessa e, o atendimento virá satisfazer a grande expectativa gerada entre os municípios de Umuarama, quando do famigerado projeto

proposto pelo Ministério da Educação, quando da criação da Escola Agrotécnica Federal, naquele Município. A população instigada por mais afoitos dirigentes municipais, se mobilizou na compra e aquisição da área necessária para a construção da referida escola, o que não acabou acontecendo, sendo mais um engodo, entre tantos, que o povo vem sofrendo.

Ocorre que é imperiosa a existência, a criação da Escola Agrícola em Umuarama, pois a mesma proporcionará o desenvolvimento de novas técnicas, visando principalmente aumentar a capacidade de produção, fixar o homem no campo, sistematizar o conhecimento dos agricultores e elevar o nível cultural e social do município e região.

A área já foi adquirida pela comanda para este fim, restando somente a construção do prédio, a instalação e o quadro de pessoal, o qual tenho certeza, a SEED terá o máximo interesse em atender.

REQUERIMENTO N° 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Digníssimo Presidente da TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná, no sentido de determinar a instalação de um aparelho telefônico público, no Bar e Mercadoria Tayara, sito à Travessa São José, 143, no Jardim Primavera, do Município de Piraquara.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência aos Senhores Airton Pereira (Rua Acir Martins, 70) e Valdomiro Ferreira Leandro, proprietário do Bar e Mercadoria Tayara.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Digníssimo Presidente da TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná, no sentido de determinar a instalação de um aparelho telefônico público na Escola Municipal Botiatuba, na Comunidade de Botiatuba, localizada na Estrada da Campininha, no Município de Piraquara.

Requer, ainda, que seja enviada cópia do solicitado, ao Senhor Airton Pereira (Rua Acir Martins, 70 - Piraquara).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Débora Dias, Digníssima Presidente da PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, sejam em espécie, seja na forma de penas, lã ou fazenda para acolchoados, ou alimentos não perecíveis, para a Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula de Abranhes, em Curitiba.

Do aprovado, Requer, ainda, que se dê ciência à Senhora Maria Luiza Kukaris, Presidente desta entidade. (Rua Padre José Joaquim Goral, s/n° - Curitiba - PR).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paula de Abranhes é uma entidade, sem fins lucrativos, que presta auxílio social em todos os setores, para cinquenta famílias. Esse auxílio abrange desde a alimentação, vestuário, problemas de saúde, etc.

A entidade é mantida por donativos e pelo trabalho desinteressado de colaboradores.

REQUERIMENTO N° 502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Isa Mesquista, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), Dionísio Marques (Rua Marialva, 5646), João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Jorge Luiz Lozovoy (Rua Dr. Camargo, 5315), José Tadeu Silva (Rua Santa Helena, 1657) e João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedi-

Caritiba, terça, em 11.10.88

do de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bôias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual São Francisco de Assis, do Conjunto Habitacional COHAPAR III, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Adão Tucci (Rua I, Quadra Q, Casa 11, COHAPAR III), Milton de Castro Jorge (Rua F, Quadra 6, COHAPAR III), Modesto Monteiro Leite (Rua D, Quadra n° 15, COHAPAR III) e João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bôias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja

encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Tiradentes - Ensino de Primeiro Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872) e João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bôias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Professora Hilda Trautwein Kamal - Ensino de Primeiro Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455) e João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os

mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicita que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Princesa Isabel - Ensino de Primeiro Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455) e João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superinten-

dente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Padre Manoel da Nóbrega, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455), João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054) e Odair de Vicente (Rua Paraná, 3325).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Nicanor dos Santos Silva - Ensino de Primeiro Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455) e João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos

desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino de Primeiro Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. Ely Sturion (Rua Porto Alegre, 4854), João Ignácio (Rua Mins. Oliveira Salazar, 4455) e João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja

encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Senador Souza Naves - Ensino de Primeiro Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872) e Manoel João da Silva (Rua Curitiba, 4613).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual de Vila Alta, Município de Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872) e José Hilton de Oliveira (Rua 18, s/n, Vila Alta).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos

desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual de Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872) e Ely Sturion (Rua Porto Alegre, 4854).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr.

Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Pedro II, Ensino de Primeiro e Segundo Grau, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872) e Manoel João da Silva (Rua Curitiba, 4613), João Ignacio (Rua Min. Oliveira Salazar, 4455).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bóias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Bento Mussurunga, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), Manoel João da Silva (Rua Curitiba, 4613) e Sérgio Queiroz de Moraes (Av. Ipiranga, 3763), João Ignacio (Rua Min. Oliveira Salazar, 4455).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior

das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bôias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Judas Tadeu Grassi Mendes, MD. Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual José Balan, em Umuarama.

Do aprovado, requer envio do solicitado aos Srs. João Darci Bom (Av. Pres. Vargas, 5054), Aparecido Aragão (Av. Paraná, 3872), João Ignácio (Rua Min. Oliveira Salazar, 4455) e Maria de Jesus Celestino Caetano (Rua José Balan, 4594).

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem que assola a cidade de Umuarama tem sido o principal responsável pelo aumento de desemprego, acarretando com isso um empobrecimento ainda maior das famílias carentes, as quais em sua maioria sobrevivem da lavoura. Os filhos desses trabalhadores "sem emprego" são os mais atingidos, pois afeta diretamente a questão alimentação e, para tanto, o pedido de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino deve ser encarado como um plano emergencial e de grande alcance social.

A escola pública tem servido para suprir parte desta necessidade protética e, assim sendo, encarecidamente solicito que seja dada prioridade e que ela seja estendida também àquelas crianças que não estejam matriculadas.

Isto, tenho certeza, virá amenizar o problema dos bôias-frias, pelo menos de seus filhos, das nossas crianças de Umuarama.

REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, sobre a liberação de recursos destinados a frente de trabalho, bem como, o respectivo valor, do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações, baseia-se em denúncias recebidas da população, de que os recursos destinados ao atendimento das necessidades daquelas pessoas carentes, prejudicadas com a prolongada estiagem que assola o Paraná, principalmente a região Noroeste e, em especial Umuarama, não está sendo liberada pela Prefeitura Municipal, o que muito nos preocupa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 291/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado de "Elfrida Wunderlich Biscaia" o Teatro Barracão na localidade de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Elfrida Wunderlich Biscaia, verdadeira mentora intelectual, destacou-se pelo esforço em incentivar e propagar o teatro, proporcionando assim a cultura à população de Maringá.

Esta, portanto, é uma justa e singela homenagem póstuma a uma figura de vulto e merecedora, que prestou relevantes serviços à comunidade que queremos prestar em conjunto com o nobre Edil Antenor Sanches.

PROJETO DE LEI N° 292/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A distribuição e comercialização no território do Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e outros biocidas, estão condicionados ao prévio cadastramento perante a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

§ 1° - Definem-se como agrotóxicos e outros biocidas, as substâncias ou misturas de substâncias químicas ou biológicas destinadas ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimen-

tos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como, a outros ecossistemas e ambientes domésticos, urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a constituição da flora e da fauna a fim de preservá-las da ação de seres vivos considerados nocivos.

§ 2º - Só serão admitidos em território estadual, ser comercializados e distribuídos agrotóxicos e biocidas já registrados no órgão federal competente e que, se resultantes de importação, tenham registro para ser utilizados no país de origem.

§ 3º - A indústria importadora, produtora e manipuladora de agrotóxicos ou biocidas, postulante do cadastramento previsto nesta lei apresentará, obrigatoriamente, ao cadastrá-lo, mediante requerimento dirigido à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, no prazo de 90 (noventa) dias, os seguintes documentos:

- a) - Prova de constituição da empresa;
- b) - Método de análise de resíduo do agrotóxico por cultura registrada no órgão federal competente;
- c) - Cópia do Relatório da Instituição Oficial de pesquisa que desenvolveu os ensaios de campo para as indicações de uso e doses recomendadas por cultura do produto registrado no Ministério da Agricultura, bem como cópia do boletim de análise de resíduos do produto para as culturas em que é indicado, boletim este emitido por laboratório oficial do Brasil;
- d) - Cópia do relatório técnico aprovado pelo órgão federal competente;
- e) - Certidão de classificação toxicológica, expedida pela Secretaria de Saúde e pela SUREIMA, obedecendo a normas e critérios que constam do Anexo I desta lei;
- f) - Deverão ser fornecidos os dados contidos no Anexo II desta lei, para que se proceda a classificação toxicológica do agrotóxico ou biocida em questão;
- g) - Exemplares de publicação, no Diário Oficial do Estado e em jornal de circulação diária, do sumário constante do anexo II desta lei.

§ 4º - A indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos ou biocidas deverá apresentar à Secretaria do Desenvolvimento e Meio Ambiente, para cadastramento previsto nesta lei, mediante requerimento, os documentos listados por ela.

§ 5º - Caso a indústria importadora, produtora ou manipuladora de agrotóxicos e outros biocidas não dispuser de todos os dados exigidos nesta lei, as Secretarias da Agricultura e do Abastecimento, da Saúde e a Sureima poderão firmar convênio com Universidades ou Centros de Pesquisas Oficiais ou Privados, Nacionais ou Internacionais com ônus repassados para a empresa

interessada na comercialização.

§ 6º - Os rótulos dos agrotóxicos ou biocidas que venham a ser comercializados no Estado, deverão estar de acordo com os dados contidos no anexo III.

§ 7º - O cadastramento junto as Secretarias da Agricultura e Abastecimento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente terão validade equivalente ao do registro junto ao órgão Federal competente. Quando do vencimento ou cancelamento do mesmo este terá sua autorização suspensa no Estado automaticamente junto aqueles órgãos.

§ 8º - Qualquer alteração quanto as características químicas e/ou físicas dos agrotóxicos ou biocidas, implicarão em novo pedido de registro para o mesmo.

§ 9º - Será concedida autorização expedida pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente aos agrotóxicos que cumprirem o estabelecido nos parágrafos 3º e 4º do artigo 1º, da presente lei.

§ 10 - Quando da constatação de resultados residuais toxicológicos e quando a eficácia dos agrotóxicos e biocidas, divergentes dos apresentados pelas indústrias importadoras, produtoras ou manipuladoras, (desde que realizadas por entidades ou órgãos de renomado conceito técnico-científico), as indústrias importadoras, produtoras ou manipuladoras serão obrigadas a realizar ensaios e pesquisas junto a órgãos oficiais para comprovação dos dados apresentados quando do cadastramento do agrotóxico ou biocida. O direcionamento, quanto ao local no qual serão realizados os ensaios e pesquisas ficará a critério da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. O ônus dos mesmos correrá por conta da indústria importadora, produtora ou manipuladora, responsável pela comercialização.

§ 11 - As análises para fins de controle de qualidade serão realizadas por laboratórios oficiais credenciados no Estado, os métodos a serem seguidos serão os aprovados quando do cadastramento.

Art. 2º - A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento fica obrigada a rigorosa fiscalização da qualidade e da rotulagem e embalagem dos agrotóxicos ou biocidas, nos termos do artigo 1º, parágrafos 6º e 11 desta lei.

Art. 3º - As coletas de amostras de agrotóxicos e biocidas serão realizadas de acordo com as instruções próprias baixadas pelo órgão competente.

Parágrafo Único - A indústria importadora, produtora ou manipuladora que tenha seus produtos amostrados pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, deverá repor todas as embalagens que tenham sido viola-

das, aos comerciantes de agrotóxicos ou biocidas detentoras dos produtos, quando da coleta de amostra, para fins de controle de qualidade.

Art. 4º - Todo agrotóxico ou biocida que quando analisado, revelar falsificação ou deficiência quando aos aspectos químicos e/ou físicos estarão sujeitos ao que prescrever as regulamentações específicas.

Art. 5º - Será de competência da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento a apreensão, destruição ou doação de agrotóxicos e biocidas quando estes se revelarem em desacordo com a presente lei, no que concerne a aspectos químicos, físicos, rótulos e embalagens.

Parágrafo Único - As doações de agrotóxicos ou biocidas, só poderão ser feitas a entidades e órgãos oficiais.

Art. 6º - Todo produto apreendido pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, cuja pena determine a destruição do mesmo, deverá ser executada pela indústria importadora, produtora manipuladora ou pelo comerciante de agrotóxicos, de acordo com deliberação e supervisionamento do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e da SU-REHMA.

Parágrafo Único - As despesas relativas a destruição dos produtos, serão de responsabilidade da indústria importadora, produtora, manipuladora ou pelo comerciante de agrotóxicos e/ou biocidas.

Art. 7º - Fica proibido o uso de agrotóxicos organoclorados em todo território estadual.

Parágrafo Único - Faz-se exceção a esta proibição nos seguintes casos:

- a) Pelo prazo único de 3 (três) anos, a contar da publicação desta lei, os princípios ativos do dodecacloro e aldrin usados como isca formicida;
- b) A utilização na lavoura, quando constatada a presença de pragas resistentes aos demais defensivos e em níveis de incidência que justifiquem sua aplicação, devidamente autorizada sob a orientação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, por tempo determinado, em área previamente definida;
- c) A aplicação pelos órgãos públicos competentes, em campanha de saúde pública de combate a vetores transmissores de moléstias, de produtos cuja fórmula contenha DDT ou BHC.

Art. 8º - Qualquer entidade associativa, legalmente constituída, poderá impugnar, fundamentalmente, o cadastramento de produtos agrotóxicos e biocidas, arguindo efeitos comprovadamente perniciosos à saúde humana e animal e ao meio ambiente.

§ 1º - A impugnação será formalizada através de petição dirigida à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, em qualquer tempo, a partir da publicação prevista no artigo 1º, parágrafo 3º, da presente lei, devidamente instruída com laudo técnico firmado, no mínimo, por dois profissionais brasileiros habilitados na área de biociências.

§ 2º - Apresentada a impugnação, dela será notificada a firma cadastrada, que pode oferecer-lhe defesa, no prazo de 15 (quinze) dias como prevê o Código Civil, após o que, será o respectivo expediente submetido à decisão da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, juntamente com outros órgãos oficiais ligados ao setor.

Art. 9º - Toda e qualquer entidade, pessoa física ou jurídica que comercialize agrotóxicos e biocidas deverá, obrigatoriamente, cadastrar-se na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

§ 1º - Os estabelecimentos de que trata este artigo deverão apresentar, no ato do cadastramento, os seguintes documentos:

- a) prova de constituição da empresa;
- b) livro de registro das operações referentes ao comércio de produtos agrotóxicos ou biocidas, cujo uso seja permitido no Estado;
- c) relação detalhada do estoque de produtos agrotóxicos ou biocidas existentes nos estabelecimentos na data do cadastramento.

§ 2º - Os estabelecimentos de que trata este artigo deverão remeter à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, relação trimestral das marcas comerciais de produtos, quantidade comercializada e estoque existente.

Art. 10 - Os produtos agrotóxicos só poderão ser comercializados diretamente aos usuários, através da apresentação da Receita Agrônômica, fornecida por um Engenheiro Agrônomo registrado no CREA/PR.

Art. 11 - Para os produtos biocidas e de outra natureza, utilizados em zootecnia, pecuária e silvicultura, serão exigidos os respectivos receituários expedidos pelos profissionais legalmente habilitados, entendendo-se como tais os Zootecnistas, Médicos Veterinários, Engenheiros Florestais e Engenheiros Agrônomos.

Art. 12 - As áreas de experimentação

e/ou de pesquisas com agrotóxicos no Estado do Paraná, deverão ser cadastrados junto à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Parágrafo Único - Para cadastramento da área em que for realizada a pesquisa com agrotóxicos, o interessado deverá remeter à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento um requerimento no qual conste no mínimo: nome do proprietário, tamanho da área para pesquisa, localidade, cultura em que será usado, data do plantio, data da colheita, marca do produto, ingrediente ativo, quantidade a ser usada, destino da produção oriunda da área.

Art. 13 - As Comissões de Saúde, do Meio Ambiente e Agricultura, da Assembléia Legislativa, poderão requisitar, às expensas do Poder Legislativo, análises físicas, químicas ou biológicas, de parte dos Laboratórios Oficiais do Estado, visando detectar contaminação por qualquer substância poluente em solo, águas, alimentos, animais e vegetais, bem como cópias de análises já efetuadas.

§ 1º - Para efetivação das análises previstas neste artigo, a Comissão requisitante designará um ou mais técnicos, de reconhecida idoneidade moral e capacidade profissional, que terão amplo acesso a todas as fases das análises.

§ 2º - Concluídas as análises, os técnicos que a realizaram, elaborarão, conjunta ou separadamente, seus métodos, procedimentos e conclusões indicando se possível, as medidas necessárias para coibir a contaminação eventualmente verificada.

§ 3º - Os laudos serão encaminhados à Comissão requisitante que, ciente do seu teor, os remeterá à SUREHMA para as providências legais.

Art. 14 - Os resultados, inclusive parciais, de todas as análises físicas, químicas ou biológicas, efetuadas nos laboratórios estaduais, serão de imediato divulgados pelo Diário Oficial e demais meios de comunicação.

Art. 15 - Os funcionários responsáveis pela fiscalização de agrotóxicos e biocidas, terão livre acesso a todo estabelecimento que importe, produza, manipule e comercialize agrotóxicos e biocidas, bem como, a propriedades agrícolas, depósitos, armazéns, que se utilizam e acondicionam agrotóxicos e/ou biocidas.

Art. 16 - Todo comerciante de agrotóxicos e biocidas, deverá ter exposto à venda equipamentos de proteção, utilizados na aplicação de agrotóxicos e biocidas.

Art. 17 - As propagandas de agrotóxi-

cos e biocidas veiculadas na imprensa, deverão se sujeitar a aprovação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

Art. 18 - O não cumprimento da presente lei, acarretará aos infratores as multas prescritas abaixo:

a) de um a cem salários mínimos regionais a todo o que expuser à venda ou vender agrotóxicos e/ou biocidas, sem autorização para tal, no Estado do Paraná;

b) de um a cem salários mínimos regionais às indústrias importadoras, produtoras ou manipuladoras de agrotóxicos e biocidas que estejam com seus produtos em desacordo com a presente lei;

c) de um a cem salários mínimos regionais aos que falsificarem, expuserem à venda, venderem ou tentarem vender agrotóxicos ou biocidas em desacordo ao previsto nesta lei;

d) de um a cem salários mínimos regionais aos que veicularem na imprensa propagandas sem a prévia aprovação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

e) de um a cem salários mínimos regionais aos que movimentarem ou subtraírem agrotóxicos e/ou biocidas que tenham sofrido interdição pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento;

f) de um a cem salários mínimos regionais a todos os que dificultarem ou impedirem a ação fiscalizatória por parte da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento;

g) de um a cem salários mínimos a todo aquele que de alguma maneira colabore com o não cumprimento desta lei;

h) de um a cem salários mínimos àqueles que transgredirem a presente lei em casos omissos aos citados anteriormente;

i) em caso de reincidência, para aqueles que transgredirem esta lei o valor da multa prevista nas letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", será cobrado em dobro.

Art. 19 - As multas impostas aos infratores não eximirão os mesmos de efetuar o que estabelecem as demais disposições desta lei.

Art. 20 - Todo proprietário agrícola

que venha a aplicar, em sua propriedade agrotóxicos ou biocidas deverá se utilizar ou fornecer, àquelas que para ele trabalham, equipamentos de proteção para a aplicação na lavoura, de agrotóxicos e/ou biocidas.

Art. 21 - Caso não seja possível a simples detenção do agrotóxico ou biocida utilizado, proceder-se-á a coleta de amostra do material em questão para fins de análise quantitativa e qualitativa do agrotóxico e/ou biocida em questão.

Art. 22 - Após o processo de coleta de amostra para análise, o produto em questão não poderá ser removido ou alterado, estando o infrator sujeito a medidas previstas na legislação. O proprietário e/ou fiel depositário não terá direito a indenização.

Art. 23 - Todo material tratado com agrotóxico ou biocida destinado a plantio que venha a ser utilizado para a alimentação humana ou animal, deverá previamente ser amostrado e analisado, para fins de controle quanto aos aspectos residuais ou toxicológicos.

Art. 24 - A coleta do material deverá ser realizada pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, que encaminhará ao Laboratório Oficial.

Art. 25 - Mantém-se nesta lei os mesmos anexos constantes na Lei original nº 7827 de 29.12.83.

Art. 26 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 11.10.88.

(a) SABINO CAMPOS

Apoio: Paulo Furiatti, Orlando Pessuti, Caio Quintana e Nereu Carlos Massignan.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 7827 de 29.12.83 que dispõe sobre o uso, comercialização e publicidade de agrotóxicos e biocidas no Estado do Paraná representou uma grande conquista na luta pela preservação da saúde humana e do meio ambiente.

Todavia, com base na antiga Constituição, o Supremo Tribunal Federal, acolheu solicitação da ANDEF e declarou como inconstitucional diversos artigos e parágrafos desta lei, limitando assim a sua aplicação.

O presente projeto de lei, com base na nova Constituição, restabelece o texto original da Lei 7827, sem os cortes efetuados pelo STF.

Por esta nova lei torna-se obrigatório

o cadastramento prévio de biocidas e produtos agrotóxicos na Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente e institui o Receituário Agrônomo.

Entendemos que o moderno modelo tecnológico proporciona saúde e conforto ao homem, mas paradoxalmente, vem ocasionando sérios riscos.

A sintetização de substâncias químicas e seu emprego na agricultura, se de um lado contribui para o aumento da produtividade, de outro veio contaminar o meio ambiente, provocando novas e graves enfermidades.

Os compostos organo-clorados, organo-fosforados e carbonatos tem contra si o libelo científico de serem causadores de paralisia, cegueira, efeitos cancerígenos e outras doenças incuráveis ou letais.

Em 17 de julho de 1981, a revista norte-americana "Newsweek" revelou que "a venda de pesticidas tão violentos como o DDT, Aldrin e Palathion, rigidamente controlada nos EUA, é livremente praticada no terceiro mundo". No Brasil, estudos realizados pelo professor Waldemar Ferreira de Almeida mostram que no período de 1976 a 1979, foram declarados 208 casos de doenças por envenenamento.

O mais grave é que todos estes efeitos deletérios já não encontram mais justificativas sob o prisma estritamente econômico, de rentabilidade das lavouras. Os agricultores hoje utilizam 12 vezes mais pesticidas que há 30 anos, mas as perdas dos cultivos quase duplicaram neste período.

Está claro que os agrotóxicos, sofisticadamente chamados de "defensivos", provocam graves e irreversíveis danos à saúde das coletividades e ao equilíbrio ambiental, exigindo respostas enérgicas e inadiáveis.

No plano das contaminações por agrotóxicos há um cipoal de normas ineficazes, preponderantemente ditadas pela União; normas que se caracterizam por seu caráter de emergência casuística e aplicação quase nula.

Precisamos de uma legislação estadual específica e completa, que discipline a prevenção, o controle, a vigilância e a fiscalização no território paranaense, com base em três princípios democráticos:

- publicidade, inclusive das práticas administrativas concretas;
- responsabilidade dos agentes públicos;
- participação comunitária.

A experiência tem demonstrado que um dos mais sérios obstáculos à eficácia da política de proteção ao meio ambiente, particularmente na área de contaminação por agrotóxicos, se deve à omissão e sonegação de informações.

No âmbito das responsabilidades dos agentes públicos, pretende-se articular as áreas de competência sanitária e ambiental (as do Estado com a União), exigindo-se o cadastramento prévio de todos os agrotóxicos no órgão federal competente. E mais: estabelecer que só terá ingresso no mercado estadual, o agrotóxico cujo uso não seja proibido no país de origem.

Determina ainda este plano de Lei que, de parte das autoridades estaduais, haja um rigoroso controle de rotulagem, já estabelecida em legislação federal.

PROJETO DE LEI Nº 293/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a TENDA DE UMBANDA CABOCLO GUARANI, Sociedade Civil, prestadora de serviços, sem fins lucrativos, sediada nesta cidade de Umuarama-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.88

(a) ALEXANDRE CERTANTO.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade em questão, fundada na data de 06 de setembro de 1983, de caráter filantrópico-religioso, sem fins lucrativos, destinada à prestação de serviços à comunidade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PL.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PT.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDC.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PDT.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consulta a Liderança do PMDB.

(Declina).

Havendo declinado, está encerrada a

Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 87/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que doa ao Município de Nova Esperança um prédio em alvenaria constituído pelos lotes nºs 7, 8, 9 e 10, da Quadra I-9, com área de 13.170,00 m², conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3º Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Com emenda de Plenário.
Em Votação a emenda, ressalvado o projeto. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - (Amélia Hruschka) Proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) 30 Srs. Deputados responderam a chamada. Em votação a emenda. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 48/87 (ex-Projeto de Lei nº 121/86), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Catanduvas, para que a população local decida sobre a criação do Município de Ibe-

ma. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 263/87, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a isentar da contribuição do IPE (Instituto de Previdência do Estado), os servidores inativos filiados ao Instituto de Previdência do Estado), os servidores inativos filiados ao Instituto com mais de 70 (setenta) anos de idade. Com Parecer Favorável da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o cancelamento do Regime de Urgência bem como a retirada da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões do Projeto de Lei n° 263/87. Aprovado.

Fica portanto retirado por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 263/87.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 64/88 (Mensagem n° 60/88 ex-Proposição n° 63/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 07/12/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da Erosão Urbana. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 65/88 (Mensagem n° 77/88, ex-Proposição n° 75/88), oriundo do Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrados em 06/05/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e o Município de Guaratuba, objetivando a execução de Obras e Serviços destinados ao controle da Erosão no referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 481, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 482, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 487, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 483, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do

expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 484, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 485, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 489, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 490, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 491, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 492, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 493, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 497, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 496, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 499, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 498, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 501, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 500, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 502, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 503, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 504, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n° 505, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 506, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 507, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 508, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 509, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 510, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 511, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 512, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 513, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 514, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 515, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 516, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 320, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

Requerimento de n° 183, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a verificação requerida por Vossa Excelência.

Os Srs. Deputados que aprovam o reque-

rimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

07 Srs. Deputados aprovam; 15 Srs. Deputados rejeitam. Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene de Instalação da Assembleia Estadual Constituinte para quarta-feira, dia 12, às 15:00 horas.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n° 64 e 65/88.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 81 e 82/88.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 274/88

promover, por merecimento, FARID LUIZ GUÉRIOS, matrícula n° 480, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, para o cargo de Consultor Técnico às Comissões.

DECRETO LEGISLATIVO N° 275/88

promover, por merecimento, OLENI FERREIRA LIMA BAPTISTA, matrícula n° 379, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, para o cargo de Consultor Legislativo, Classe A.

DECRETO LEGISLATIVO N° 276/88

I - exonerar, a pedido, CELSO HANKE MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 1° de setembro de 1988;

II - prover, GLORIA MERCEDES VALDIVIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 1° de setembro de 1988;

(Protoc. n° 8551).

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.09.88.

DECRETO LEGISLATIVO N° 277/88

I - exonerar, a pedido, MARCIA ANDRETA LOPES MENDONÇA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi, a partir de 1° de outubro de 1988;

II - prover, TÂNIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi, a partir de 1º de outubro de 1988;

(Protoc. nº 8905).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278/88

I - exonerar, a pedido, TÂNIA MARIA MELLO CARVALHO DE MENEZES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulino Delazeri, a partir de 1º de outubro de 1988;

II - prover, RONILDA ALMEIDA LEO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulino Delazeri, a partir de 1º de outubro de 1988;

(Protoc. nº 8775).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 279/88

Limitar, a partir de 1º de setembro de 1988, as despesas postais dos gabinetes, nas seguintes importâncias mensais:

- a. Presidência Cz\$ 75.000,00
- b. 1ª Secretaria..... Cz\$ 65.000,00
- c. 2ª Secretaria..... Cz\$ 50.000,00
- d. 1ª Vice-Presidência ... Cz\$ 35.000,00
- e. 2ª Vice-Presidência,
- 3ª e 4ª Secretarias,

Lideranças do Governo, PMDB, PDS, PFL, PDT, PT, PTB, PL e PDC ...

- Cz\$ 30.000,00
- f. Cerimonial..... Cz\$ 20.000,00
- g. Diretoria Geral Cz\$ 8.000,00
- h. Administração Geral ALEP Cz\$ 140.000,00

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.09.88

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282/88

mandar pagar a GERALDINA ALVES PASSOS TETI, viúva do ex-Deputado Estadual LUIZ AMÉRICO TETI, falecido em 19 de agosto de 1988, pensão mensal no valor de seis (06) salários mínimos regionais, de acordo com o Art. 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64, e nos termos das Leis nº 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, respectivamente, com nova redação dada pelas Leis nº 6468, de 18 de outubro de 1973 e Art. 1º e parágrafo único da Lei nº 7568, de 11 de janeiro de 1982.

(Protoc. nº 7790)

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.10.88.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285/88

aposentar, nos termos dos artigos 138, item II; 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; e, 171 e parágrafos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, SÉRGIO ANTONIO SOUTO, matrícula nº 087, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação cor-

respondente à simbologia DAS-4 incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3º da Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º, da Resolução nº 02/84; cinco (05) quinquênios e três (03) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1º, da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei nº 8096, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. nº 9187).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286/88

aposentar, nos termos dos artigos 138, item II; 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; e, 171 e parágrafos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação correspondente à simbologia DAS-5 incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3º da Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º, da Resolução nº 02/84; cinco (05) quinquênios e dois (02) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art. 1º, da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; e, cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei nº 8096, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. nº 9190).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287/88

aposentar, nos termos dos artigos 132, § 2º; 138, item II; 140, itens I e III; 170 e parágrafo único; e, 171 e parágrafos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula nº 399, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação correspondente à simbologia DAS-3 incorporada; verba de representação incorporada, conforme disposto no Art. 3º da Lei nº 8198, de 17 de dezembro de 1985; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º, da Resolução nº 02/84; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais incorporados; gratificação de produtividade, nos termos do Art.

1º, da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de acordo com o Art. 13, da Lei nº 8096, de 28 de dezembro de 1984.

(Protoc. nº 9188).

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.10.88

(aa) ANTONIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula nº 183, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente às férias de 1986 e 1987, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 4574).

PORTARIA Nº 130/88

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, ao acervo de serviço público de ALCEU RAMOS, matrícula nº 363, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondentes às férias de 1986 e 1987, deixadas de gozar;

II - mandar retificar o inciso II da Portaria nº 393/80, para dizer que o período referente ao terceiro quinquênio está compreendido entre 07 de outubro de 1969 e 07 de agosto de 1974 e não como consta naquele ato;

III - mandar retificar o inciso II da Portaria nº 155/86, para dali retirar as férias de 1979 e dizer que o período referente ao quarto quinquênio está compreendido entre 07 de agosto de 1974 e 07 de outubro de 1979, e não como consta naquele ato; e,

IV - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei nº 6174/70, o tempo de um (01) ano, referente aos quinto e sexto quinquênios, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio

Curitiba, terça, em 11.10.88

compreendido entre 07 de fevereiro de 1979 e 07 de abril de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias de 1979 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. nº 7653).

PORTARIA Nº 131/88

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EMERENTINO DA CRUZ PACCA, matrícula nº 496, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente às férias de 1987, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, período compreendido entre 25 de junho de 1984 e 25 de dezembro de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. nº 7530).

PORTARIA Nº 132/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, referentes ao quinto e sexto quinquênios, compreendidos entre 23 de julho de 1978 e 23 de julho de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio.

(Protoc. nº 6098).

PORTARIA Nº 133/88

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RENÉ VASCO GARCIA, matrícula nº 429, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das

férias relativas aos anos de 1986 e 1987, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei n° 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, período compreendido entre 15 de março de 1982 e 15 de janeiro de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1982, 1983, 1984, e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n° 21).

PORTARIA N° 134/88

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula n° 196, ocupante do cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei n° 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, período compreendido entre 14 de setembro de 1982 e 14 de maio de 1986, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n° 7521).

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.07.88

PORTARIA N° 135/88

mandar contar, para efeito de aposentadoria, em favor de SÉRGIO ANTONIO SOUTO, matrícula n° 087, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal desta Assembleia, nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de cinco (05) anos, oito (08) meses e vinte (20) dias, período compreendido entre 07 de junho de 1956 e 04 de janeiro de 1961; e, de 05 de março de 1961 e 01 de setembro de 1962, neste já descontado o tempo em paralelo, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n° 9187).

PORTARIA N° 136/88

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2° da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula n° 502, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980; e,

II - mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de cinco (05) anos, três (03) meses e oito (08) dias, períodos compreendidos entre 10.02.58 a 07.06.58 e 01.04.59 a 10.03.64, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n° 9190).

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.10.88.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI
Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11. LEGISLATURA
ATA DA 13. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e oitenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nereu Massignan apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 07/88, que foi aprovada sem observação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11. LEGISLATURA
ATA DA 1. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos, sob a Pre-

sessão da Senhora Deputada Amélia Hruschka e com a presença dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, a Senhora Presidenta deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 240/88, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 97/88, que objetiva conceder a Senhora Alzira Leite da Silva, viúva do ex-Delegado de Polícia José Terto da Silva, pensão equivalente a 2 (dois) salários mínimos. Relatora: Senhora Deputada Amélia Hruschka. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada

Curitiba, terça, em 11.10.88

mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, laurei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidenta e por mim, Maria Henrique da Silva, Secretária da Comissão, para que se produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidenta

Maria Henrique da Silva
Secretária